

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo

Class.: 162

Data 2 de Janeiro de 1977

Pg.:

## O governo e o problema missionário

O problema do índio ou, mais propriamente, da atuação da Igreja no meio indígena está na ordem do dia mas, apesar de sua gravidade e de sua importância, não vem sendo enfrentado com o devido realismo e se transformou ultimamente em mais um ponto de atrito entre o governo e as lideranças eclesásticas. A fonte de atrito é sobretudo a atuação do Conselho Indigenista Missionário. Recentemente o ministro do Interior, Rangel Reis, referiu-se ao problema, mas não se pode dizer que o tenha feito com muita felicidade. O ministro classificou a posição da Igreja como "sonhadora, feudal e atrasada com relação aos índios" e acrescentou: "Além disso, não acredito na boa fé de uma minoria religiosa que se diz defensora dos humildes, encarando o governo como perseguidor da população menos favorecida". Referindo-se ao Conselho Indigenista, o ministro afirmou que nunca viu uma proposição construtiva do órgão, em termos de desenvolvimento de comunidades indígenas, e acrescentou que o CIMI tudo deturpa e tudo coloca de maneira absurda. Depois de esclarecer que, pessoalmente, não reconhece "a existência desse conselho como órgão capaz de contribuir com qualquer coisa", Rangel Reis deixou claro que, em sua opinião, a missão religiosa jamais cuidou do índio visando o seu progresso, pois, o que os missionários querem é catequizar e ensinar a religião, deixando o índio em situação miserável.

Depois de fazer essas estranhas considerações, o ministro anunciou para breve grandes mudanças, declarando: "A partir do próximo ano, muita coisa será modificada na FUNAI, embora não seja possível realizar tudo nesse governo, porque a mudança necessária corresponde a vários anos de erros acumulados". Entre as prometidas mudanças estará o afastamento, pelo Ministério do Interior, de qualquer trabalho de missões, protestantes ou católicas, das áreas indígenas, não se permitindo a participação de colaboradores que não sejam da FUNAI. O titular da pasta do Interior advertiu que, para isso, será estabelecida uma fiscalização rigorosíssima em toda e qualquer missão religiosa e acrescentou: "Se quiserem cooperar, terão de realizar uma cooperação exatamente dentro da política do governo, que é a de emancipação progressiva".

Ora, afirmar, como fez o ministro, que a missão religiosa jamais cuidou do índio visando o seu progresso é passar uma esponja, com demasiado simplismo, sobre um longo e importante capítulo da História pátria e esquecer o trabalho benemérito realizado pelos missionários não só nas épocas imediatamente posteriores ao Descobrimento, quando se lançavam ainda as bases da nacionalidade, mas ainda em tempos bem recentes, quando a Igreja marcava sua presença em áreas onde não chegava a ação governamental. Pode-se afirmar, sem exagero, que se não tivesse havido o trabalho dos missionários, boa parte do País seria ainda hoje selvagem e estaria para ser descoberta e conhecida. Quando as atenções governamentais não se tinham ainda voltado para os índios ou para o problema indígena, homens, dedicados, brasileiros ou estrangeiros, sacrificavam suas vidas em um trabalho heróico, renunciando às comodidades da cidade para levar aos selvícolas o Evangelho e, com ele, os valores da civilização cristã e ocidental. Ou seja, missionários anônimos, muitas vezes dotados de conhecimentos adquiridos nas mais renomadas universidades europeias, dedicavam-se ao trabalho humilde de catequizar e ensinar religião aos índios, fazendo precisamente o que hoje o ministro Rangel Reis deplora. O Brasil muito deve a esse trabalho dedicado, que jamais trouxe problemas, mas apenas benefícios. Os problemas começaram a surgir apenas quando a Igreja, tentada pela secularização e pela heresia modernista, esqueceu sua missão específica e trocou a catequese pela politização, o anúncio da salvação pelo da "libertação" e a construção da Cidade de Deus pelo desenvolvimento da cidade dos homens, entendido em um sentido ideologicamente bem conhecido.

Parece estranho que o ministro do Interior não perceba que, ao fustigar o tra-

balho missionário propriamente religioso, caracterizado pela catequese e pelo ensino da religião, e pretender enquadrar a ação da Igreja na política governamental de "emancipação progressiva" está contribuindo não para sanar mas para agravar o mal. Com efeito, está dando um aval à secularização em curso e convidando a Igreja a abandonar a missão que lhe é própria para se empenhar em uma ação puramente temporal. Da evangelização e da ação missionárias resulta, sem dúvida, como a História

pátria mostra abundantemente, o progresso também material das populações indígenas, que passam a viver de acordo com os padrões da sociedade civilizada. Entretanto, a ampliação desse progresso e a "emancipação progressiva" são tarefa do governo e não dos missionários e em nenhuma área como nessa surgem tão nítidas as funções complementares do Estado e da Igreja, tão bem simbolizada pela cooperação de longa data estabelecida, por exemplo, entre a Força Aérea e as missões. Os velhos hidroaviões que ainda hoje voam sobre as florestas e os rios amazônicos foram, durante muito tempo, o símbolo e o único ponto de contacto das missões com a civilização. É uma cooperação desse tipo que se deve a todo custo preservar, mesmo porque o engajamento da Igreja na ação temporal do desenvolvimento, além de afastá-la da missão que lhe é própria, seria uma permanente fonte de atritos e desentendimentos, dadas as concepções que hoje grassam nos meios eclesásticos e que se opõem frontalmente aos ideais governamentais, pelo menos na medida em que forem eles os mesmos de 1964.

Ainda há pouco, na mensagem de fim de ano que dirigiu aos católicos, a CNBB voltou a se referir à "tenaz e absurda prevenção de taxar como subversão comunista todo clamor em defesa dos que não têm voz e todo gesto de solidariedade em favor dos oprimidos". O problema é sempre o mesmo. Certos setores da Igreja empenham-se, ao lado da subversão, em atividades que nada têm de religiosa; essa aliança é admitida pela própria esquerda em documentos como a obra póstuma de Marighela "Pour la liberation du Brésil", publicada em Paris, ou o livro "A Esquerda Armada do Brasil", publicado em Havana e Lisboa, mas quando alguém denuncia o fato é acusado de taxar como subversão o clamor em defesa dos que não têm voz ou a solidariedade com os oprimidos. Essa conduta ambígua e, na realidade, bem pouco pastoral tende cada vez mais a se estender da cidade às regiões missionárias e tem sido ela a verdadeira responsável pelas dificuldades surgidas ultimamente e que jamais surgiram no decorrer do longo tempo em que a Igreja se dedicava a uma ação realmente pastoral. Impedir que a falsa pastoral, hoje em moda, sirva de disfarce à subversão ou ao lançamento de sementes de discórdia no meio indígena é não somente um direito, mas também um dever do governo. Sua ação, contudo, deve ser tanto mais equilibrada quanto mais for enérgica, a fim de distinguir o verdadeiro trabalho apostólico da subversão disfarçada de pastoral e não prejudicar as verdadeiras missões com o pretexto de coibir as atividades dos falsos missionários.